

**Parágrafo único** – Na hipótese do inciso II acima o Vereador considerar-se-á automaticamente licenciado e poderá optar pela remuneração do mandato.

**Art. 74** – No caso de vaga ou de licença de Vereador, o Presidente convocará imediatamente o suplente.

**§ 1º** - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

**§ 2º** - O suplente convocado deverá tomar posse, dentro do prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

**§ 3º** - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicara o fato, dentro de quarenta e oito horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

**Art. 75** – Os vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou delas receberam informações.

**Art. 76** – Os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara serão fixados em parcela única nos termos da Emenda 19 à Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda 04)

**Art. 77** – A remuneração dos Vereadores será fixada determinando-se o valor em moeda corrente no país, vedada qualquer vinculação.

**Parágrafo único:** Os subsídios do Vereador e do Presidente da Câmara serão revistos em mesmo índice e época em que forem as remunerações do servidor público municipal. (Redação dada pela emenda 04)

~~**§ 2º** – A verba de representação do Presidente da Câmara, que integra a remuneração, não poderá exceder a dois terços da que fixada para o Prefeito Municipal. (Suprimido pela Emenda 04)~~

**Art. 78** – Na hipótese de a Câmara deixar de exercer a competência de que trata o artigo setenta e seis, ficarão mantidos, na legislatura subsequente, os valores de remuneração vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior, admitida apenas a atualização dos mesmos.

**Art. 79** – Nos casos de morte ou invalidez do vereador, no exercício de mandato será concedida a seus dependentes pensão vitalícia de 100% dos subsídios, atualizada conforme dispuser a lei.

**Parágrafo único** – São dependentes do vereador para efeito deste artigo, aqueles reconhecidos como tal para legislação providenciária vigente.

#### **SUBSEÇÃO IV DAS COMISSÕES**

**Art. 80** – A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma do Regimento Interno e com as atribuições nele previstas, ou conforme os termos do ato de sua criação.

**§ 1º** - Na constituição da Mesa e na de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares representados na Câmara.

**§ 2º** - As comissões, em razão de matéria de sua competência, cabe:

**I** – discutir e votar projeto de lei, que dispensar, na forma do regimento interno, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da câmara.

**II** – realizar audiências públicas com entidade da sociedade civil;

**III** – realizar audiências públicas em regiões do município para subsidiar o processo legislativo;

**IV** – convocar, além das autoridades a que se refere o artigo 69, outras autoridades, ou servidor municipal para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições, constituindo infração administrativa a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias;

**V** – receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública;

**VI** – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

**VII** – acompanhar a implantação dos planos e programas de que trata o inciso anterior e exercer a fiscalização dos recursos municipais neles investidos.

**§ 3º** - As comissões parlamentares de inquérito, observada a legislação específica, no que couber, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de um terço dos membros da câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, ao Defensor do Povo ou a outra autoridade competente, para que se promova a responsabilidade civil, criminal ou administrativa do infrator.

## **SUBSEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

**Art. 81**– Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 82, dispor sobre todas as matérias de competência do município, especialmente:

**I** – Plano Diretor;

**II** – Plano Plurianual e orçamentos anuais;

**III** – Diretrizes Orçamentárias

**IV** – sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de rendas;

**V** – dívida pública, abertura e operação de crédito;

**VI** – concessão e permissão de serviços públicos do município;

**VII** – fixação e modificação dos efetivos de guarda municipal;

**VIII** – criação, transformação e extinção de cargos, emprego e função públicos na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

**IX** – fixação do quadro de empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades sob controle direto ou indireto do município;

**X** – servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

**XI** – criação, estruturação e definição de atribuições dos departamentos municipais;

**XII** – organização da defensoria do povo, da procuradoria do município, da guarda municipal e dos demais órgãos e entidades da administração pública;

**XIII** – divisão regional da administração pública;

**XIV** – divisão territorial do município, respeitada a legislação Federal e Estadual;

**XV** – bens do domínio público;

**XVI** – aquisição e alienação de bem imóvel do município;

**XVII** – cancelamento da dívida ativa do município, autorização de suspensão de sua cobrança e de elevação de ônus e juros;

**XVIII** – transferência temporária da sede do governo municipal;

**XIX** – matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição da República.

**Art. 82** – Compete privativamente à Câmara Municipal:

**I** – eleger a Mesa e constituir as comissões;

**II** – elaborar o Regimento Interno;

**III** – dispor sobre sua organização, funcionamento e polícia;

**IV** – fixar o subsídio do Vereador, do Presidente da Câmara, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais. (Redação dada pela Emenda 04)

**V** – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;

**VI** – conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;

**VII** – conceder licença ao Prefeito para interromper o exercício de suas funções;

**VIII** – autorizar o Prefeito e o Vereador a ausentarem-se do Município e ao Vice-Prefeito do Estado, por período superior a 10(dez) dias. (Redação dada pela Emenda 04)

**IX** – processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Vereador nas infrações político-administrativas; (Redação dada pela Emenda 04)

**X** – destituir do cargo o Prefeito, após condenação por crime comum ou de responsabilidade ou por infração político-administrativa, e o Vice-Prefeito e o Diretor, após a condenação por crime comum ou por infração político-administrativa;

**XI** – proceder à tomada de contas do Prefeito não apresentadas dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa;

**XII** – julgar, anualmente, as contas prestadas pelo prefeito, e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

**XIII** – eleger, pelo voto de dois terços de seus membros, após arguição pública, o defensor do povo;

~~**XIV** – autorizar celebração de convênio pelo Governo do Município com entidade de direito público e ratificar o que, por motivo de urgência, ou de interesse público for efetivado sem essa autorização, desde que encaminhado à Câmara nos dez dias úteis subseqüentes à sua celebração;~~  
**(Suprimido pela emenda 04)**

**XV** – solicitar, pela maioria de seus membros a intervenção estadual;

**XVI** – suspender, no todo ou em parte, a execução de qualquer ato normativo municipal, que haja sido, por decisão definitiva do Poder Judiciário, declarado infringente das constituições ou da Lei Orgânica;

**XVII** – sustar os atos normativos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

**XVIII** – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado em operações de crédito;

**XIX** – autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo, de qualquer natureza, de interesse do município, regulando as suas condições e respectiva aplicação, observada a legislação federal;

**XX** – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

**XXI** – aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de bem imóvel público;

**XXII** – autorizar referendo e convocar plebiscito;

**XXIII** – autorizar a participação do município em convênio, consórcio ou entidade intermunicipais destinados à gestão de função pública, ao exercício de atividade ou à execução de serviços e obras de interesse comum;

**XXIV** – mudar, temporária ou definitivamente, a sua sede.

**§ 1º** - No caso previsto no inciso IX, condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos da câmara, se limitará à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

**§ 2º** - Compete, ainda, à câmara manifestar-se, por maioria de seus membros, a favor de proposta de emenda à constituição do estado.

~~**§ 3º** - O não encaminhamento à Câmara de Convênio a que se refere o inciso XIV, nos dez dias úteis subseqüentes à sua celebração, ou a não apreciação dos mesmos, no prazo de sessenta dias do recebimento, implicam a nulidade dos atos já praticados em virtude de sua execução. **(Suprimido pela emenda 04)**~~

## **SUBSEÇÃO VI DO PROCESSO LEGISLATIVO**

**Art. 83**– O processo legislativo compreende a elaboração de:

**I** – emendas Lei Orgânica;

- II – lei complementar;
- III – lei ordinária;
- IV – decreto legislativo;
- V – resolução.

**Parágrafo único** – São ainda objeto de deliberação da Câmara, na forma do regimento interno:

- I – a autorização;
- II – a indicação;
- III – o requerimento.

**Art. 84**– A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta:

- I – de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara;
- II – do Prefeito;
- III – de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.

§ 1º - As regras de iniciativa privativa pertinentes à legislação infraorgânica não se aplicam à competência para a apresentação da proposta de que trata este artigo.

§ 2º - A Lei Orgânica não pode ser emendada na vigência de estado de sítio ou estado de defesa, nem quando o município estiver sob intervenção estadual.

§ 3º - A proposta será discutida e votada em dois turnos com o interstício mínimo de dez dias, e considerada aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da câmara.

§ 4º - Na discussão de proposta popular de emenda é assegurada a sua defesa, em comissão e em plenário, por um dos signatários.

§ 5º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com respectivo numero de ordem.

~~§ 6º - O referendo à Emenda será realizado se for requerido, no prazo máximo de noventa dias da promulgação, pela maioria dos membros da Câmara, pelo Prefeito ou por, no mínimo cinco por cento do eleitorado do Município.~~

**Suprimido pela emenda 04.**

§ 7º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser representada na mesma sessão legislativa.

**Art. 85** – A iniciativa de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - A lei complementar é aprovada por maioria dos membros da câmara, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.



§ 2º - Consideram-se lei complementar, entre outras matérias previstas nesta Lei Orgânica:

- I – o Plano diretor;
- II – o Código Tributário;
- III – o Código de Obras;
- IV – o Código de Posturas;
- V – o Estatuto dos Servidores Públicos;
- VI – a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo;
- ~~VII – a lei instituidora do regime jurídico único dos servidores;~~

**(Suprimido pela Emenda 04)**

~~VIII – as leis orgânicas instituidoras da Defensoria do Povo e da Guarda Municipal;~~ **(Suprimido pela Emenda 04)**

~~IX – a lei organização administrativa;~~ **(Suprimido pela Emenda 04)**

X – a lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos.

**(Suprimido pela Emenda 04)**

**Art. 86–** São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

I – da Mesa da Câmara, formalizada por meio de projeto de resolução:

- a) autorização para o Prefeito ausentar-se do Município;
- b) a definição de regime jurídico dos servidores da Prefeitura em sua administração direta, autárquica e fundacional.

II – do Prefeito:

~~a) a fixação e a modificação dos efetivos da Guarda Municipal;~~

**(Suprimido pela emenda 04)**

b) a criação de cargo e função públicos da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;

c) a definição do regime jurídico dos servidores da Prefeitura em sua administração direta, autárquica e fundacional; **(Redação dada pela emenda 04)**

d) o quadro de empregos das empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades sob o controle direto ou indireto do município;

e) a criação, estruturação e extinção de departamento municipal e de entidade da administração indireta;

f) a organização da guarda municipal e dos demais órgãos da administração pública;

g) os planos plurianuais;

h) as diretrizes orçamentárias;

i) os orçamentos anuais;

j) a matéria tributária que implique em redução da receita pública.

**Art. 87–** Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvada a comprovação da existência de receita e o disposto no artigo 124;

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara.

**Art. 88–** O Prefeito pode solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa.

**§ 1º** - Não se manifestando as comissões sobre o projeto, com pedido de urgência, até 20(vinte) dias contados da primeira reunião que se seguir sua distribuição, será ele incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos para que ultime a votação dentro do prazo de 30(trinta) dias. (Redação dada pela Emenda 04)

**§ 2º** - O prazo do parágrafo anterior não corre em período de recesso da Câmara, nem se aplica a projeto que dependa de quorum especial para aprovação de Lei Orgânica, estatutária ou equivalente a código.

**Art. 89–** A Proposição de Lei, resultante do projeto aprovado pela Câmara, será enviada ao prefeito que, no prazo de quinze dias, contados da data de seu recebimento:

I – se aquiescer, sancioná-la-á; ou

II – se a considerar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrária ao interesse público, vetá-la-á total ou parcialmente.

**§ 1º** - O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo importa em sanção.

**§ 2º** - A sanção expressa ou tácita supre a iniciativa do Poder Executivo no processo legislativo.

**§ 3º** - O Prefeito publicará o veto e, dentro de quarenta e oito horas, comunicará seus motivos ao presidente da câmara.

**§ 4º** - O veto parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou alínea.

**§ 5º** - A Câmara, dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação do veto, sobre ele decidirá, em votação nominal, e sua rejeição só ocorrerá pelo voto da maioria dos seus membros. (Redação dada pela emenda 01)

**§ 6º** - Se o veto não for mantido, será a proposição de lei enviada ao Prefeito para promulgação.

**§ 7º** - Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo 5º, sem deliberação, o veto será incluído na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais proposições, até votação final, ressalvada a matéria de que trata o parágrafo 1º do artigo anterior.

**§ 8º** - Se nos casos dos Parágrafos 1º e 6º a lei não for, dentro de setenta e duas horas, promulgada pelo Prefeito, o Presidente da Câmara a promulgara, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao vice Presidente fazê-lo.

**§ 9º** - O referendo a projeto de lei será realizado se for requerido, no prazo máximo de noventa dias da promulgação, pela maioria dos membros da Câmara, pelo Prefeito ou por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.

**Art. 90** – A matéria, constante de projeto de lei rejeitada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da Câmara ou pelo menos 5% do eleitorado.

**Art. 91** – Será dada ampla divulgação a projeto referido no parágrafo segundo do artigo 87, facultada a qualquer cidadão no prazo de quinze dias da data de sua publicação, apresentar sugestão ao presidente da câmara, que a encaminhará a comissão respectiva, para apreciação.

**Art. 92** – A requerimento de vereador, aprovado pelo plenário, os projetos de lei, decorridos trinta dias de seu recebimento, serão incluídos na ordem do dia, mesmo sem parecer.

**Parágrafo único** – O projeto somente pode ser retirado da ordem do dia a requerimento do autor, aprovado pelo plenário.

## **SEÇÃO II**

### **DO PODER EXECUTIVO**

#### **SUBSEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 93** – O poder executivo é exercido pelo Prefeito do Município, auxiliado pelos secretários ou diretores de departamento.

**Art. 94** – A eleição do Prefeito e do Vice Prefeito, para mandato de quatro anos, se realizará até noventa dias antes do termino do mandato de seus antecessores, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o país e a posse ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no artigo 77 da Constituição da Republica.

**Parágrafo Único** – Perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso publico e observado o disposto no artigo 62.

**Art. 95** – A eleição do Prefeito importará, para mandato correspondente e do Vice Prefeito com ele registrado.

**§ 1º** - O Prefeito e o Vice Prefeito tomarão posse em reunião da Câmara prestando o seguinte compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município, as Constituições da Republica e do Estado, observar as



leis, promover o bem geral do povo brumadinense e exercer o meu cargo sob a inspiração do interesse público, da lealdade e da honra."

**§ 2º** - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice Prefeito farão declaração pública de seus bens, em cartório de títulos e documentos.

**§ 3º** - O Vice Prefeito substituirá o Prefeito no caso de impedimento e lhe sucederá no de vaga.

**Art. 96** – No caso de impedimento do prefeito e do Vice Prefeito ou na vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do governo o Presidente da Câmara.

**§ 1º** - Vagando os cargos de Prefeito e de Vice Prefeito far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

**§ 2º** - Ocorrendo a vacância nos últimos quinze meses do mandato governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara, na forma de lei complementar.

**§ 3º** - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

**Art. 97** – Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse o Prefeito ou o Vice Prefeito, salvo motivo de força maior, reconhecido pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

**Parágrafo único** – O Prefeito não poderá ausentar-se do Município e o Vice Prefeito do Estado, sem autorização da Câmara, por mais de dez dias, consecutivos, sob pena de perder o cargo.

**Art. 98** – Nos casos de morte ou invalidez do prefeito e Vice Prefeito, no exercício de mandato, será concedido aos seus dependentes, pensão vitalícia de 100% dos subsídios, atualizada conforme dispuser a lei.

**Parágrafo único** – São dependentes do Prefeito e Vice Prefeito para efeito deste artigo, aqueles reconhecidos como tal pela legislação previdenciária vigente.

## **SUBSEÇÃO II**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL**

**Art. 99** – Compete privativamente ao Prefeito :

- I– Nomear e exonerar o secretário ou diretor de departamento;
- II– exercer, com o auxílio dos diretores municipais, a direção superior do Poder Executivo;
- III– prover e extinguir os cargos públicos do Poder Executivo, observado o disposto nesta Lei Orgânica;

**IV** – prover os cargos de direção ou administração superior de autarquia e fundação pública;

**V** – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

**VI** – fundamentar os projetos de lei que remeter à Câmara;

**VII** – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e, para sua fiel execução, expedir decretos e regulamentos;

**VIII** – vetar proposições de lei;

**IX** – remeter mensagem e planos de governo à Câmara, quando da reunião inaugural da sessão legislativa ordinária, expondo a situação do município, especialmente o estado das obras e dos serviços municipais;

**X** – enviar a Câmara a proposta de plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento;

**XI** – prestar, anualmente dentro de sessenta dias da abertura de sessão legislativa ordinária, as contas referentes ao exercício anterior;

**XII** – extinguir cargo desnecessário, desde que vago ou ocupado por servidor público não estável, na forma da lei;

**XIII** – dispor, na forma da lei, sobre a organização e atividade do Poder Executivo;

**XIV** – celebrar convênios, ajustes e contratos de interesse municipal;

**XV** – contrair empréstimo, externo e interno e fazer operação ou acordo externo de qualquer natureza mediante previa autorização da Câmara observados os parâmetros de endividamento regulados em lei, dentro dos princípios da Constituição da República;

**XVI** – convocar extraordinariamente a Câmara, em caso de urgência e interesse público;

**XVII** – exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

**Parágrafo único:** Cópias dos decretos e regulamentos a que se referem o inciso VII deverão ser enviadas à Câmara Municipal no prazo máximo de 15 dias após sua expedição. (Redação dada pela Emenda 11)

### **SUBSEÇÃO III**

#### **DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**Art. 100** – São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentem contra as Constituições da República e do Estado esta Lei Orgânica e, especialmente, contra:

**I** – a existência da União;

**II** – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes Constitucionais das Unidades de Federação;

**III** – o exercício dos direitos políticos individuais e sociais;

**IV** – a segurança interna do país;

**V** – a probidade na administração;

**VI** – a lei orçamentária;

**VII** – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.